

### A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) EM ABAETETUBA/PA<sup>1</sup>

Nayane Fernandes Ferreira Lopes

Pós Graduanda em Educação Especial e Inclusiva - Faculdade de Educação e Tecnologia da Amazônia (FAM). Licenciada em Pedagogia - Universidade Federal do Pará (UFPA) - Campus Universitário de Abaetetuba. E-mail: [nayfernandeslopes@gmail.com](mailto:nayfernandeslopes@gmail.com)

Este trabalho tem como questões norteadoras: a formação profissional do Pedagogo tem correspondido a necessidade de se estabelecer uma prática educativa em ambiente não escolar? Como o Pedagogo pode contribuir com as atividades desenvolvidas no contexto da Pedagogia Social de forma que seja um profissional importante no trabalho social no Centro de Referência de Assistência Social no município de Abaetetuba/PA? Portanto, o objetivo foi compreender, no contexto da Pedagogia em ambiente não-escolar, as contribuições da prática profissional do Pedagogo no trabalho social desenvolvido nos CRAS do município de Abaetetuba/PA. Trata-se de uma investigação a partir de abordagem qualitativa, fazendo-se um levantamento bibliográfico e documental, fundamentando-se em autores como: ARANHA (2006), YAZBEK (2010), SILVA (2003), LIBÂNEO (2002), MACHADO (2010), GRACIANI (1997), Política Nacional de Assistência Social (2004), entre outros, que tratam sobre a Educação; Pedagogia; Formação de Pedagogos; Pedagogia Social; Leis e publicações sobre a Assistência Social no Brasil. Realizou-se entrevista, construída em 06 perguntas, com cinco profissionais de dois CRAS do município (São Lourenço e Algodual): Coordenadoras (2), Pedagoga (1), Assistente Social (1) e Educador Social (1). Verificou-se na pesquisa que a atuação do Pedagogo nos CRAS de Abaetetuba/PA pode contribuir na realização do trabalho social desenvolvido pelos profissionais da instituição. Além disso, a pesquisa aponta tanto para entendimento de estudantes, quanto de profissionais da educação, profissionais de instituições sociais, de que as práticas educativas não limitam-se ao ambiente escolar e que a educação tem seu caráter social, emancipatório, crítico diante da realidade social, mesmo fora da escola.

**Palavras-chave:** Educação. Formação de Pedagogos. Pedagogia Social. Ambiente não-escolar. CRAS.

---

<sup>1</sup> Esta produção acadêmica é resultante do trabalho de conclusão do curso de Licenciatura em Pedagogia, ano de 2017.

### 1. Introdução

O curso de Pedagogia no Brasil, a partir de suas reformulações históricas, definiu a questão do campo de atuação profissional do Pedagogo ao estabelecer principalmente a partir de suas Diretrizes Curriculares Nacionais de Pedagogia (2005), possibilidades para a prática profissional do Pedagogo. Ao considerar as modalidades de educação informal, formal e não formal, Libâneo (2002) nos ajuda a termos clareza de como ocorrem os processos educativos e ao mesmo tempo reforça a possibilidade de expansão de atuação do Pedagogo, principalmente para o âmbito não-escolar, reforçando a ideia dessa atuação não se restringir somente à docência, e muito menos ao espaço escolar. Desta maneira, “[...] quem quer que deseje continuar a ser chamado de ‘educador’, não pode ignorar a importância hoje dos processos educativos extra – escolares [...]” (LIBÂNEO, 2002, p. 41).

Nesse sentido, analisou-se que no contexto do município de Abaetetuba/PA a percepção da dinâmica de inserção dos indivíduos nas diferentes esferas da sociedade é influenciada pela nova organização social, expressa nas condições de acesso e permanência nas políticas sociais de educação, saúde, cultura, trabalho e assistência social. Deste modo, a ocorrência de fenômenos sociais, caracterizados, como por exemplo, no alto índice de violência, desemprego, analfabetismo, tornam-se uma realidade crescente, e, dessa maneira, existe a necessidade emergente no âmbito das instituições sociais, como o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), de se estabelecerem ações no sentido de enfrentamento das situações de vulnerabilidade/risco social e pessoal.

A educação enquanto uma prática inerente aos seres humanos, é considerada enquanto prática social de uma realidade concreta que direciona nosso modo de pensar, agir, sentir, nos fazendo capazes de compartilhar nossos feitos com as diversas culturas humanas, portanto, é viável ocorrer uma organização desses processos, um estabelecimento de objetivos que direcionem essa prática social a alcançar formas de convivência, de estabelecimento das estruturas sociais dentro de um sistema de instrução e construção do conhecimento e das condições estruturais em que o mesmo está relacionado. Dessa forma, a formação profissional do Pedagogo tem correspondido à necessidade de se estabelecer uma prática educativa em ambiente não escolar? Como o Pedagogo pode contribuir com as atividades desenvolvidas no contexto da Pedagogia

Social de forma que seja um profissional importante no trabalho social no Centro de Referência de Assistência Social no município de Abaetetuba/PA?

Com base no exposto acima, o presente trabalho teve por objetivo compreender, no contexto da Pedagogia em ambiente não-escolar, a importância da prática profissional do Pedagogo (a) no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) no município de Abaetetuba/PA, onde buscou-se caracterizar os marcos históricos da Pedagogia, educação e formação de Pedagogos no Brasil; descrever quais as relações existentes entre a atuação do Pedagogo e a Pedagogia Social e analisar como a equipe profissional da instituição considera a importância da atuação do Pedagogo para a realização das atividades no âmbito da assistência social.

Toda a discussão neste trabalho está embasada por referencial teórico que tratam e/ou contribuem sobre o tema, tais como: Maria Lúcia de Arruda Aranha (2006), Umberto de Andrade Pinto (2006), Carmem Silvia Bissolli da Silva (2003), José Carlos Libâneo (2002), Érico Ribas Machado (2010), Maria Stela Santos Graciani (1997), Política Nacional de Assistência Social-PNAS (2004), entre outros. Utilizou-se a abordagem qualitativa na pesquisa científica, por admitir maior aproximação com os significados dos fenômenos, processos e relações sociais que envolvem a formação e atuação do Pedagogo em ambiente não-escolar. O tipo de pesquisa foi bibliográfica, documental e de campo. Assim, primeiramente se realizou um levantamento bibliográfico e documental, visando apropriação acerca do tema, buscando autores para a fundamentação das questões norteadoras. No segundo momento foram coletados dados através de entrevista, por possibilitar maiores detalhes sobre informações relacionadas ao objeto de estudo. Construída em 6 perguntas, a entrevista foi realizada com cinco profissionais dos CRAS: Coordenadoras (2), Pedagoga (1), Assistente Social (1) e Educador Social (1).

## 2. Pedagogia: origem, identidade e papel

As definições sobre a Pedagogia, perpassam toda uma questão de valores e comportamento de determinado período histórico. Desde sua origem, a Pedagogia, traz aspectos que estão intrinsecamente atrelados a fatores de uma determinada cultura, economia, política e sociedade, onde lhe é atribuída um caráter complexo e ilimitado, isso porque existem inúmeras relações desenvolvidas entre os sujeitos e consequentemente problemáticas surgidas nos processos educativos.

A palavra pedagogia tem origem grega e era utilizada para identificar, na Antiguidade, “aquele que conduzia a criança à escola” (PINTO, 2006, p. 34-35). O escravo era o responsável por esse feito, sendo considerado o pedagogo. Então, a Pedagogia significava conduzir, cuidar, promover o acesso a aprendizagem.

A Pedagogia consiste num estabelecimento de ações pedagógicas com o intuito de promover processos de estabelecimento da criticidade, autonomia e intervenção sobre as relações sociais, dependendo de seus objetivos. Esse fator pedagógico relaciona-se aos objetivos sócio políticos da educação, uma vez que os mesmos definem como será a organização e os métodos da ação educativa. Educação, portanto diz respeito a intervenção sobre determinada realidade, através de processos educativos; tem a ver com conhecimentos construídos historicamente, e a Pedagogia surge como esse viés de tentar compreender e organizar esses processos formativos. Podemos compreender que “são esses processos formativos que constituem o objeto de estudo da Pedagogia” (LIBÂNEO, 2002, p. 31).

### 3. O curso de pedagogia: percurso, histórias e identidade da profissão

Por ocasião da existência da Faculdade Nacional de Filosofia, vinculada a Universidade do Brasil, criada no governo de Getúlio Vargas (1930-1945), o curso de Pedagogia foi criado nos termos do decreto – lei 1.190 de 04 de abril de 1939 em que Segundo Silva (2003, p. 11):

[...] Foi previsto como o único curso da ‘seção’, de pedagogia que, ao lado de três outras - a de filosofia, a de ciências e a de letras – com seus respectivos cursos, compuseram as ‘seções’, fundamentais da Faculdade. Como ‘seção’ especial foi instituída a de didática, composta apenas pelo curso de didática.

Assim, de acordo com Silva (2003) definido o modelo de formação a partir do sistema nomeado como “3+1”, o curso de Pedagogia era voltado para formar o “técnico de educação”, a partir do bacharelado em Pedagogia, em um período de 3 anos. Para aqueles (as) que quisessem atuar na docência, deveriam estudar um ano a mais sobre didática e prática de ensino (no curso de didática) adquirindo o diploma de licenciado em Pedagogia. A imprecisão sobre os objetivos do curso e campo de atuação profissional, causou discussões no âmbito social e de formação sobre a necessidade de existir o curso de Pedagogia, a partir do momento que não lhe era atribuído um conteúdo próprio. Assim, com o discurso de apenas redefinir o curso, o conselheiro



Valnir Chagas, a partir da Lei nº 4.024/1961, estabeleceu a segunda regulamentação do curso de Pedagogia, através do parecer 251/62, que definia em todos os cursos de graduação o bacharelado e o licenciatura ao mesmo tempo, no caso do de Pedagogia, respectivamente para formar o pedagogo “técnico em educação”, e o licenciado para atuar nas disciplinas pedagógicas do curso normal.

Em função da instituição da lei da reforma universitária nº 5540/68, no ano seguinte, em 1969, o conselheiro Valnir Chagas acabou estabelecendo o parecer nº 252/69 que de acordo com Silva (2003) extinguiu a distinção entre bacharelado e licenciatura, fragmentando a formação do Pedagogo, ao optar por uma base comum de disciplinas de cunho pedagógico e de fundamentos, e outra parte diversificada, de caráter técnico, defendendo a ideia de formar o professor para o ensino normal e também especialistas a partir de várias habilitações profissionais para as atividades de orientação, administração, supervisão e inspeção no âmbito das escolas e sistemas de ensino. Estabeleceu também o currículo mínimo e somente a habilitação de Licenciatura em Pedagogia.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia, licenciatura, a partir do parecer do CNE/CP nº 5/2005 e finalmente a resolução do CNE/CP nº 01, de 15 de maio de 2006, foi resultante de debates em várias esferas de participação política e pedagógica, no sentido de que neste momento, a questão da identidade do curso “[...] se encontra vinculada a outra mais profunda e complexa: *a questão da identidade da própria pedagogia enquanto campo de conhecimento e investigação*” (SILVA, 2003, p. 98). A resolução do CNE/CP nº 01/2006 no seu artigo 2º, define a habilitação do estudante de Pedagogia e mais a frente, amplia a noção sobre a área de atuação do Pedagogo, não limitando a sua atuação somente em ambiente escolar, uma vez que estabelece também a habilitação para a gestão, organização, execução e avaliação de projetos pedagógicos dos sistemas e unidades de ensino, também para contextos não escolares, ressaltados no Art. 4º, parágrafo único, inciso II e no Art. 5º.

Sendo assim, o ambiente não escolar torna-se um espaço de relevância para a atuação do Pedagogo no que diz respeito ao exercício profissional, assim como reconhece a extensão da educação para ambientes que necessitam de intervenções de cunho educativo. Segundo Libâneo (2002) a Pedagogia está muito além de instituições formais, como a escola. Está sendo crescente o caráter pedagógico de instituições como a família, os movimentos sociais, a igreja, a mídia, as empresas, os hospitais, presídios, fóruns, ONG’S, etc, originando educações que ocorrem de maneira intencional/não-

intencional, formal/não-formal, escolar/extraescolar, pública/privada, permitindo a afirmação sobre a existência de Pedagogias: Sindical, Social, Hospitalar, Empresarial etc.

#### **4. Pedagogia Social e o contexto dos Centros de Referência de Assistência social (CRAS) em Abaetetuba/PA: a importância da atuação do Pedagogo**

A Pedagogia Social, no contexto da Pedagogia em Ambiente não escolar fundamentada em suas bases teórico-práticas, nos permite a imersão sobre a percepção da educação a partir de seu caráter social e político diante do contexto social, reforçando sua confirmação enquanto prática social, onde a partir das inúmeras transformações política, econômica, cultural e principalmente social em um contexto global, historicamente “a Pedagogia Social é considerada a ciência da Educação Social” (MACHADO, 2010, p. 36), que visa, a partir de ações político-pedagógicas, intervir em determinada realidade, considerando os indivíduos em comunidade e que segundo Machado (2010) sistematiza as práticas educativas para além da transmissão de conteúdos escolares, fugindo da didática escolar e proporcionando a expansão dessas práticas para diferentes espaços e ambientes.

De acordo com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) (2004) no contexto no contexto da Política Pública de Assistência Social no Brasil, fundamentada enquanto Seguridade Social juntamente com a Saúde e a Previdência Social a partir de 1988, e regulamentada pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) em 1993, o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), diz respeito a uma instituição que permite a proteção social básica de famílias em possíveis situações de risco tanto pessoal ou social, de maneira que seus vínculos não sejam rompidos e direitos não sejam violados. Dessa maneira, o CRAS é uma instituição que:

Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminação étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras) (BRASIL, 2004, p. 33).

Yazbek (2010) define a pobreza como uma condição social decorrente das expressões advindas das relações sociais, a partir da organização social estabelecida em relações desiguais e de exploração, que “[...] levam muitas vezes ao caminho da desesperança, do ilícito e de experiências conjugadas em outro jogo de referências

tecido entre a dureza do desemprego e do trabalho incerto” (p. 153), determinando aos indivíduos a permanência de condições pautadas na exclusão nas várias esferas da sociedade.

De acordo com o IBGE (2010) Abaetetuba pertence à Mesorregião do nordeste do Estado do Pará, e segundo o histórico das cidades apresentado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em divisão territorial datada desde 1960, o município é constituído de dois distritos: Abaetetuba e Beja, cujo bioma é a Amazônia. Possui área de unidade territorial de 1.610,404 (km<sup>2</sup>) para uma população de 141.100 habitantes. Apresenta alto índice de urbanização, com densidade demográfica 87,61 (hab./km<sup>2</sup>). A estimativa da população para 2017 é de 153.380, conforme censo de 2010. Possui Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,628, abaixo da média nacional de 0,73 e o Produto Interno Bruto (PIB) é de R\$ 7.108,29,00.

[...] Nas últimas décadas a Região de Integração do Tocantins passou por um processo expressivo de crescimento, especialmente no que se refere à população desta região, consequência um maior repasse de verbas dedicadas a obras de infraestrutura, (como por exemplo, a obra da alça viária), aos atos de abastecimento de água e habitação, à formação e qualificação de profissionais, e ao desafio de criar um novo modelo de desenvolvimento. Devido a essas medidas, a região torna-se alvo de migrações populacionais, instalação de indústrias e empresas multinacionais, como o caso da Alumínio Brasileiro S. A (Albrás), a maior indústria no setor de produção de alumínio primário no Brasil (GUIMARÃES; PENA; PORTO, 2014, p. 4).

Assim, várias são as mudanças ocorridas nas relações sociais, que afetam a dinâmica de inserção dos indivíduos nas diferentes esferas da sociedade, principalmente nas políticas sociais, influenciando a ocorrência de fenômenos sociais, caracterizados, no caso do município de Abaetetuba, no alto índice de violência, desemprego, analfabetismo, etc. Dessa maneira, existe a necessidade emergente no âmbito das instituições sociais, de se estabelecerem ações no sentido de enfrentar as situações de pobreza e vulnerabilidade social. O Centro de Referência de Assistência Social, apresenta-se nesse contexto como uma instituição criada para o “[...] desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania” (BRASIL, 2009, p. 9).

Para ter acesso aos dados, que foram um dos pilares da pesquisa, através dos quais foi possível analisar como os profissionais da instituição veem a importância do Pedagogo atuando no CRAS, foi realizada entrevista com cinco profissionais:

Coordenadoras (2), Pedagoga (1), Assistente Social (1) e Educador Social (1). Devido a algumas perguntas sem respostas, o instrumento de coleta de dados totalizou 28 respostas para o embasamento da análise. Os dados foram extraídos de duas instituições do CRAS situadas no bairro Algodoal e São Lourenço, considerados bairros de densidade populacional e também de grande incidência de casos de indivíduos em situação de vulnerabilidade/risco social. Todas as entrevistas ocorreram em Junho de 2017. Optou-se por escolher a categoria dos profissionais do CRAS pelo fato de estarem cotidianamente lidando com as demandas oriundas do serviço socioassistencial, que por sua vez apontam os casos de pessoas em situação de vulnerabilidade/risco social.

A seguir, ressalta-se a análise de apenas uma das questões feitas aos entrevistados. Quando perguntado aos entrevistados sobre como é constituída a equipe técnica do CRAS, obtivemos as seguintes respostas:

“Com certeza um profissional que deveria ser importante, claro que primeiro a assistente social e o psicólogo para atender essas vulnerabilidades e dar condições da família sair dessas situações, mais que o Pedagogo tem uma importância, com certeza tem, até no espaço de educação, seja ela formal ou não formal, mas em especial o CRAS, já que a gente atende pessoas com vulnerabilidades, e todos tem vulnerabilidades específicas”. (E1)

“Sim, porque é ele quem vai orientar principalmente as educadoras sociais quanto ao tema que elas vão, que elas podem abordar, mas de acordo com o plano de ação que nós temos que é do mês. E através das orientações que só um Pedagogo, como a gente diz, pode orientar, porque eles não tem essa formação que o Pedagogo tem, aí que ela pode tá repassando para os educadores sociais. O nível técnico que os educadores não tem, porque os educadores são de nível médio”.

(E2)

“Eu acho importante sim. Deveria ter um técnico, porque cada um tem a sua especificidade não é, cada um tem a sua atribuição. Apesar de que a gente atende junto, cada um tem a sua atribuição na profissão. E o Pedagogo não é diferente. Muitas escolas encaminham a criança pra cá e eu acredito que tendo o Pedagogo, ele vai dar uma clareza nesses conflitos que a gente acaba observando quando vem essa demanda pra cá das escolas”.

(E3)

“O Pedagogo como eu falei ainda agora, é um profissional que já faz parte do quadro do SUAS. É o profissional que tem a capacidade e a habilidade pra trabalhar com o planejamento das ações, porque nós fazemos muitas ações no CRAS, principalmente em relação ao trabalho de prevenção né [...]. Aqui nós não temos uma pessoa que planeja. Então muitas ações que a gente faz, a gente sente e se organiza da forma que dá pra gente se organizar, mas a gente não tem uma pessoa, uma referência pra isso aqui. Então o Pedagogo, ele viria pra somar com isso. Organizar a questão do material didático, que nós temos, por exemplo, nas atividades do educador social tem plano pra fazer. Tem plano de ação, plano de aula. Nós fazemos também plano de aula. Então com certeza nós precisaríamos da orientação do Pedagogo pra realizar uma atividade melhor e a gente ainda peca nessas questões. (E4)

“O pedagogo nos termos legais, não é exigido. Temos como técnica de referência uma educadora social que é pedagoga. Só que muitas vezes ela nem utiliza o conhecimento pedagógico que possui, porque lidamos com temas sociais. Então ela se limita a sua função de educadora social. Claro que existem casos do educador social ser de nível médio, e tem que aprender a sua função. Todos os conhecimentos que estão envolvidos. Vemos que a



formação apesar de ser importante, não é tão condicionante no sentido do desempenho do trabalho. Uma pessoa pode ter nível superior, mas não desenvolver um bom trabalho. A experiência conta muito para a atuação profissional. Tem que ser proativo para desenvolver o trabalho. No caso do pedagogo, o concurso limitou essa questão. Talvez pela questão salarial, do PCCR, o pedagogo não seja participante da equipe, e sim o educador social a nível médio”. (E5)

A percepção sobre a importância da atuação do Pedagogo no CRAS é expressa nos discursos de todos os entrevistados (E1) (E2) (E3) (E4) e (E5), onde através de várias contribuições desse profissional, o Pedagogo, é o responsável por ir até o ambiente escolar e identificar as demandas, assim como o atendimento na instituição, fortalecendo no interior da Política de Assistência Social as fragilidades oriundas da questão educacional das famílias, ou até mesmo no processo de gestão, orientação, planejamento, supervisão e avaliação dos projetos e serviços realizados, de maneira que “[...] os indivíduos vão criando, produzindo e transformando objetos, instrumentos de trabalho, conhecimentos, modos de ação, técnicas, linguagem, valores, sentimentos etc. [...]” LIBÂNEO (2002, p. 141), permitindo o fortalecimento enquanto sujeitos de direitos e protagonistas da sua condição social, respeitando também, o espaço de atuação dos outros técnicos, que possuem suas atribuições específicas no atendimento, como aponta a entrevistada (E3).

Quando os entrevistados se referem aos profissionais de nível médio, a Resolução nº 9, de 15 de abril de 2014 reconhece no seu art. 4º que o cuidador social, orientador social ou educador social podem desenvolver ações individuais e coletivas para o fortalecimento dos vínculos e autonomia em diversas dimensões, considerando o ciclo de vida e ações intergeracionais das pessoas. Todavia, a existência desse profissional não substitui a presença de um técnico a nível superior que intervenha a partir de seu conhecimento teórico prático para que as questões educacionais dos usuários tenham um trato direto e possam ser resolvidas, contribuindo para a emancipação e superação das condições de vulnerabilidade social, que muitas vezes encontram-se imbricadas ao contexto educacional e acabam por afetar a própria família, distanciando-as, sem escolarização, do mercado de trabalho e consequentemente sendo um dos motivos para a fragilização e rompimento dos seus vínculos familiares e comunitários. Pelo contrário, como mencionado anteriormente, o Pedagogo viria auxiliar no serviço e consequentemente contribuir para que os objetivos estabelecidos no CRAS fossem alcançados, reconhecendo primeiramente a importância do atendimento psicossocial, em consonância com a questão pedagógica.

A Resolução nº 17, de 20 de junho de 2011, ao definir a equipe técnica do SUAS, dispõe no Art. 2º, §1º que a equipe de referência no CRAS deve dispor de um quadro capacitado para atuar a partir das necessidades de cada localidade, e consequentemente dos usuários “com a finalidade de aprimorar e qualificar os serviços socioassistenciais” (BRASIL, 2011, p. 2). A partir desse pressuposto, e considerando as particularidades existentes, foi definido que:

§3º São categorias profissionais de nível superior que, preferencialmente, poderão atender as especificidades dos serviços socioassistenciais: Antropólogo; Economista Doméstico; Pedagogo; Sociólogo; Terapeuta ocupacional; e Musicoterapeuta (BRASIL, 2011, p. 2-3).

Assim, o Pedagogo aparece nessa composição profissional, também como integrante da equipe de gestão do SUAS, demonstrando legalmente que é necessário sua atuação no CRAS. Portanto, de acordo com o Art. 3º:

[...] São categorias profissionais de nível superior que, preferencialmente, poderão compor a gestão do SUAS: Assistente Social; Psicólogo; Advogado; Administrador; Antropólogo; Contador; Economista; Economista Doméstico; Pedagogo; Sociólogo; Terapeuta ocupacional (BRASIL, 2011, p. 3).

Deste modo, a importância da atuação do Pedagogo no CRAS demonstra a possibilidade de expandir sua compreensão sobre novas realidades e desafios que surgem a partir das relações sociais, culturais, econômicas, culturais, políticas, podendo atuar fundamentados em “propostas de intervenção pedagógica nas várias esferas do educativo para enfrentamento dos desafios colocados pelas novas realidades do mundo contemporâneo” (LIBÂNEO, 2002, p. 66).

### 5. Considerações finais

De um modo geral, todas as definições históricas sobre o que é a Pedagogia, culminaram com a necessidade de entender sua relevância para a formação social, e também qual é o profissional a ser formado nessa perspectiva. Ao ser construída a partir da problematização de que a atuação profissional do Pedagogo (a) pode ser considerada além de somente ocupá-lo no mercado de trabalho, a Pedagogia em ambiente não-escolar permite que questões atreladas às quais funções esse profissional desempenhará, caracterize um novo perfil de formação nos cursos de Pedagogia, quanto de atuação do Pedagogo. Assim, a Pedagogia Social valoriza a formação inicial, o exercício

profissional e a sociedade nas suas relações de trabalho, cultura, familiar, etc, ao dispor para o Pedagogo uma existente e crescente demanda para que práticas em ambientes não-escolares se efetivem. Nesse sentido, o Pedagogo (a) é um profissional imprescindível para que as atividades relacionadas ao Serviço de Convivência e Estabelecimento de Vínculos (SCFV) e ao Programa de Atendimento Integral à Família (PAIF) se estabeleçam. Seja na supervisão, em orientação educativa para os educadores sociais ou às famílias, na acolhida, oferta de informações e realização de encaminhamentos; gestão e planejamento dos programas, projetos, o Pedagogo (a) tem seu espaço e função definidos nos CRAS.

Portanto, ao fazer a pesquisa sobre a importância da atuação do Pedagogo (a) nos CRAS, primeiramente distante de negar as contribuições históricas e reconhecendo sua construção enquanto um processo árduo, é necessário no interior da política de Assistência Social no município de Abaetetuba/PA levar ao conhecimento de que é alta a necessidade do Pedagogo atuando nos CRAS a partir de sua função de formação inicial, fortalecendo a ideia de que os profissionais que estiverem à frente de projetos educacionais, atuem a partir de uma formação significativa no direcionamento das ações socioeducativas. Ao admitir a necessidade da atuação do Pedagogo (a) no CRAS, a pesquisa contribui para o entendimento tanto de estudantes, profissionais da educação, profissionais de instituições sociais, de que as práticas educativas não limitam-se ao ambiente escolar e que a educação tem seu caráter social, emancipatório, crítico diante da realidade social, mesmo fora da escola.

## REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia**: geral e Brasil. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução nº 1, de 15 de maio de 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 de maio de 2006. Seção 1, n. 92, p. 11. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=16/05/2006&jornal=1&pagina=11>>. Acesso em: 31 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. **Parecer nº 5, de 13 de dezembro de 2005**. Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp05\\_05.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp05_05.pdf)>. Acesso em: 31 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004**. Brasília, DF, 2004.

\_\_\_\_\_. **Resolução CNAS nº 17, de 20 de junho de 2011**. Resolve ratificar a equipe de referência definida pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <<https://conferencianacional.files.wordpress.com/2013/12/cnas-2011-017-20-06-2011.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. **Resolução CNAS nº 9, de 15 de abril de 2014**. Ratifica e reconhece as ocupações e as áreas de ocupações profissionais de ensino médio e fundamental do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, em consonância com a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH/SUAS. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <<https://conferencianacional.files.wordpress.com/2014/02/cnas-2014-009-15-04-2014.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2017.

GRACIANI, Maria Stela Santos. **Pedagogia Social de Rua: análise e sistematização de uma experiência vivida**. São Paulo: Cortez, 1997.

GUIMARÃES, Danyelle Souza; PENA, Heriberto Wagner Amanajás; PORTO, Michelle Lara. **Análise da dinâmica da estrutura produzida no município de Abaetetuba, Amazônia, Brasil**. Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana, n. 195, 2014. Disponível em: <<http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/14/economia-abaetetuba.zip>>. Acesso em: 04 set. 2017.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MACHADO, Érico Ribas. **A constituição da Pedagogia Social na realidade educacional brasileira**. 2010. 242 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Florianópolis, 2010. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/93844/284248.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 27 jan. 2017.

PINTO, Umberto de Andrade. **Pedagogia e Pedagogos Escolares**. 2006. 184f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-22062007-095259/publico/TeseUmbertodeAndradePinto.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2017.

SILVA, Carmem Silvia Bissolli da. **Curso de Pedagogia no Brasil: história e identidade**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Serviço Social e pobreza**. Revista Katálisis, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 153-154, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v13n2/01.pdf>>. Acesso em: 04 set. 2017.